

Asociación Uruguaya de Historia Económica (AUDHE)

Terceras Jornadas de Historia Económica

Montevideo, 9 al 11 de julio de 2003

Simposio N° 10

Nombre del simposio: EXPERIÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL.

Coordinadores: Dinizar Fermiano Becker, UNISC/UNIVATES (dinizar@dinizarbecker.ecn.br), Pedro Silveria Bandeira, UFRGS (pedroban@orion.ufrgs.br) y Walter Frantz, UNIJUÍ (wfrantz@unijui.tche.br).

Título de la ponencia: **Movimentos e organização da sociedade civil no Rio Grande do Sul, Brasil.**

Autor(es): Carla Pasa y Marlei Ambrosi

Adscripción institucional: Centro Universitario UNIVATES

Correo electrónico: carlapasa@hotmail.com

**Movimentos e organização da sociedade civil no Rio Grande do Sul, Brasil.**

Carla Pasa  
Centro Universitário UNIVATES - Brasil  
carlapasa@hotmail.com

## **Resumo:**

O movimento das diversas formas de organização da sociedade civil ganhou importância a partir do momento em que a sociedade se caracterizou como um “ator” impactado e envolvido nos processos empresariais e governamentais. Assim, ela procurou, de forma organizada, desempenhar seu papel de influenciar e pressionar a tomada de decisão em prol de melhorias principalmente dos aspectos sociais e ambientais.

As décadas de 1970 e 80 marcam essa (r)evolução do pensar social principalmente pela repercussão de acidentes ambientais, conflitos civis marcados pelas subvenções políticas, religiosas e econômicas, discriminação social e racial aumentando a miséria e a pobreza.

Ferguson (2000) destaca que a constituição das redes de auto-ajuda e/ou Organizações Não Governamentais (ONGs) tem suma importância no cenário mundial, principalmente, pela expressão dos valores e condutas de uma sociedade e, pela pressão exercida sobre às empresas e governo para fazer valer seus interesses.

Este artigo tem como objetivo apresentar as formas de organização da sociedade civil no Rio Grande do Sul (RS), Brasil. Para isso busca-se em pesquisas bibliográfica e fonte de dados primários e secundários as informações que permitam discutir e entender a evolução do movimento social no Rio Grande do Sul. Contudo, este artigo não tem a pretensão de esgotar o assunto mas identificar a organização do movimento social limitando-se a análise deste no Estado do Rio Grande do Sul (Brasil, em relação ao surgimento de entidades ligadas à terra, ao meio ambiente e a questão de desemprego e renda.

Além disso o artigo é construído a partir do ponto de vista das ciências sociais, especificamente da administração e da psicologia (formação das autoras do artigo) sem desprezar as demais ciências que como a sociologia serviram de base para a construção do trabalho e compreensão do tema; porém este artigo limita-se a conclusões do ponto de vista da administração.

**Palavras-chave:** Organizações Não-Governamentais, Movimento Social Civil, Terceiro Setor.

## **1. Considerações iniciais**

Discutir as formas de organização da sociedade civil é um desafio árduo e cheio de surpresas em função das várias nuances com as quais nos deparamos quando se pesquisa um tema tão amplo e intrigante quanto o dos movimentos organizados da sociedade civil.

Este artigo tem como objetivo apresentar as formas de organização da sociedade civil no Rio Grande do Sul (Brasil). Para tanto será necessário identificar historicamente as diversas formas de constituição destas organizações, suas características, propósitos e natureza. Assim, o artigo apresenta como método a pesquisa descritiva e documental que utiliza a revisão da literatura, de documentos, a observação pessoal e entrevistas não estruturadas como meios para atingir o objetivo final e ressaltar a importância de investigar o assunto.

As crises mostram as formas como a sociedade se organiza, expressa seus anseios, carências e demandas instauradas pela ruptura de vários pontos (sociais, ambientais e econômicos) de tensão decorrente da ausência de ações, ou ações ineficazes, do Estado para suprir tais deficiências. Assim os movimentos sociais configurados para atuar como uma resposta às “violências” institucionais do Estado assumem muitas vezes um caráter anti-Estado em uma relação de negação e oposição à ele (Jacobi *in* Larangeira, 1990).

Segundo Marcovitch (*in* Ioschpe, 1990) cabe a sociedade organizar-se e assumir iniciativas de interesse para o bem-estar coletivo. Uma forma de se promover essa organização é através da criação de associações de interesse público, de redes de cooperação e de programas sociais no âmbito de empresas, universidades e comunidades.

O mesmo autor acrescenta que as “mutações” dos aspectos sociais pedem a ampliação dos campos de análise de ação em função da interdependência entre o número crescente de variáveis relacionadas ao assunto, como o meio ambiente, a miséria, a competição global entre empresas e suas consequências. Uma abordagem abrangente na busca da coesão social implica enfrentar, necessidades materiais e não-materiais, em estabelecer políticas de mercado que congreguem a responsabilidade social e amplie a atuação das organizações do Terceiro Setor, direitos à cidadania e a estruturação da sociedade civil, entre outras.

Também, Camarotti & Spink (2000) apontam experiências que sinalizam a importância, de uma comunidade que se organiza de forma a garantir que os mais diversos aspectos de seu cotidiano (grupos sociais, famílias, religião e vizinhanças) sejam considerados a fim de (re)construir uma identidade social.

Inclusão e exclusão concretizam-se e reproduzem-se no dia-a-dia, enquanto fenômeno coletivo de distribuição de meios de acesso a bens e serviços (Camarotti & Spink, 2000). E é neste fato que reside a importância de se estudar o caminho percorrido pelos movimentos civis, que de alguma forma expressam a história dos anseios, necessidades e dificuldades encontradas por um grupo ou sociedade.

O surgimento desses movimentos no Rio Grande do Sul reflete essas dificuldades vivenciadas pelas comunidades locais. O estado do RS é reconhecidamente um Estado com uma participação sólida e expressiva no cenário político nacional. Desde a época imperialista, tem destacado papel na reivindicação dos direitos sociais. É um Estado que apresenta forte tradição associativa e cooperativa além de algumas peculiaridades quando comparado aos demais estados do Brasil em função de alguns índices mais elevados em qualidade de vida e educação. Segundo IPEA (2001) no Sul, os serviços públicos são mais acessíveis e existe uma menor carência social das comunidades, quando comparado ao restante do país.

O estudo do surgimento desses movimentos no RS, de certa forma, indica a criação de novas práticas na construção da cidadania, apontando e lembrando que enfrentar a pobreza, a exclusão e a degradação do meio ambiente é, antes de tudo, um esforço coletivo para mobilizar, conscientizar e valorizar as potencialidades locais, compartilhar tarefas e responsabilidades.

Este artigo não tem a pretensão de esgotar o assunto mas identificar a organização do movimento social limitando-se a análise deste no Estado do Rio Grande do Sul (Brasil), em relação ao surgimento de entidades ligadas à terra, ao meio ambiente e a questão de desemprego e renda. Além disso o artigo é construído a partir do ponto de vista das ciências sociais, especificamente da administração e da psicologia (formação das autoras do artigo) sem desprezar as demais

ciências que como a sociologia, serviram de base para a construção do trabalho e compreensão do tema; porém este artigo limita-se a conclusões do ponto de vista da administração.

## **2. A (r)evolução do pensar social**

A (r)evolução do pensar social foi/é o avanço que legitima o movimento da sociedade civil e que direciona e contribui para a formação de debates entre grupos de cientistas, academia, empresas, estado e comunidade, frente a idéias de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, proporcionando a inclusão de todos os atores envolvidos e impactados pelas atividades do estado, empresas, competidores, clientes, meio ambiente, mídia, empregados, entre outros (Pasa, Gomez e Rados, 2002).

A necessidade de (r)evolucionar a realidade social está relacionada a diversas situações que distanciou o ideal do real diante de um cenário mundial e local com graves problemas sociais, ambientais e econômicos.

Em âmbito internacional a II Guerra Mundial (1945), a Guerra Fria (1945-1999), as ditaduras (Brasil - 1964, Chile – 1973, entre outros) e outros conflitos armados (Angola, Colômbia, Espanha e tantos outros) instigaram a sociedade que, reconhecidamente se opunha aos massacres, exageros e discrepância entre e dos valores e crenças envolvidos nas lutas, para a discussão e proposta de soluções e melhorias da (re)construção de conceitos sociais.

Além disso os acidentes ambientais como Bhopal<sup>1</sup> (1984), Chernobyl<sup>2</sup> (1986) e o Exxon Valdez<sup>3</sup> (1989), repercutiram em todos cantos do mundo como um alerta para a agressão à natureza.

Os movimentos sociais dos anos 70 e 80 se desenvolveram à margem de recursos financeiros locais agravando as resistências e preconceitos, frutos de uma história de conflitos e oposição entre um Estado autoritário e uma sociedade civil denunciadora e reivindicativa.

No Brasil, o papel da sociedade civil foi bastante significativo na defesa dos direitos básicos de cidadania quando eles não estavam garantidos, e ao longos dos anos as organizações da sociedade civil ganharam competência no modo de se relacionar e intervir junto a grupos sociais específicos, como por exemplo, crianças em situação de risco. Assim, nos anos 80 as ONGs que, articulando recursos e experiências na base da sociedade, ganharam visibilidade enquanto novos espaços de participação cidadã. (Cardoso *in* Ioschpe, 1990)

Hoje o Terceiro Setor, além das instituições filantrópicas, as ONGs, associações, clubes, grupos assistencialistas, fundações e redes de auto-ajuda voltadas para a defesa dos direitos de grupos específicos da população, como as mulheres, negros, povos indígenas, proteção do meio ambiente, promoção do esporte, cultura e do lazer, englobando as múltiplas experiências através da doação de tempo, trabalho e talento para causas sociais.

### **2.1 O Terceiro Setor**

Desde a década de 1960 as organizações do chamado Terceiro Setor vem ganhando importância e atuando nas mais diversas áreas. No entanto, foi na década de 1990 que no Brasil a sociedade civil incorporou os princípios de ação do Terceiro Setor e se organizou em associações, fundações, ONGs e institutos com o objetivo de promover as ações sociais.

---

<sup>1</sup> Explosão química de uma das plantas da empresa Union Carbide situada em Bhopal – Índia, que vitimou 8.000 pessoas e causou graves danos físicos a mais de 500.000 pessoas. Ver [www.bhopal-justice.com](http://www.bhopal-justice.com)

<sup>2</sup> Explosão de reator nuclear na antiga URSS. Ver [www.brama.com/ukraine](http://www.brama.com/ukraine)

<sup>3</sup> Derramamento de 11 milhões de barris de óleo no mar do Alasca vitimando 40.000 pessoas e milhares de espécies animais e vegetais. Ver [www.jomiller.com/exxonvaldez](http://www.jomiller.com/exxonvaldez)

Conforme Tenório (1999) em alguns casos, o Terceiro Setor assume o papel fundamental na conquista de justiça social em casos em que nem o Estado nem os agentes econômicos têm interesse ou são capazes de promovê-la.

Para Fernandes (1997, p. 30) existe um papel de complementaridade do Terceiro Setor com o Primeiro Setor, o Público, pois “no limite, não há serviço público que não possa, em alguma medida, ser trabalhado pelas iniciativas particulares” e também com o Segundo Setor (o privado), na medida que questiona indivíduos e empresas sobre sua participação direta na produção de bens e serviços de interesse comum. Rompe, assim, a dicotomia entre o Público e o Privado. Sua presença aponta para indicadores de que o mercado não satisfaz a totalidade das necessidades e dos interesses da sociedade.

É função do terceiro setor, no seu conjunto contribuir para a formação e o fortalecimento do comportamento de cidadãos e da cultura democrática; contribuir para a reinstitucionalização do âmbito público para aumentar a igualdade e fortalecer a governabilidade e, criar condições para tornar possível a democracia cultural. Isso significa criar condições para que todos os diferentes sentidos e símbolos da diversidade social possam competir e circular em igualdade de condições (Toro *in* Ioschpe, 1997).

### **2.1.1 O Terceiro Setor na América Latina**

A primeira geração de ONGs da América Latina surgiu, como uma solução *ad hoc* para a falta de opções que se imaginava ser conjuntural no sistema institucional existente. Basicamente oriundas de centros de pesquisa que se formavam à margem de universidades submetidas a pressões do Estado autoritário, núcleos de educação popular paralelos ao sistema escolar oficial, grupos de apoio a movimentos sociais emergentes sem conexões com os organismos políticos legais, entre outros.

A maioria das ONGs na América Latina foram constituídas a partir da década de 1970 (cerca de 68% surgiram depois de 1975) em sinal de autoconsciência (Fernandes, 1997), porém nesse período as organizações do Terceiro Setor evitavam relações com o Estado e não eram parceiros de empresas privadas.

Apoiavam-se em mobilizações voluntárias de situações locais, onde não exploravam, ou pouco exploravam, as potencialidades do mercado como um veículo de comunicação. Além disso, os resultados de seus trabalhos não eram pensados como um produto a ser difundido através de uma estratégia de marketing. Ou seja, os movimentos iniciais (até 1990) foram caracteristicamente pobres, tanto no público alvo quanto nos meios de que dispunham, ainda assim, mobilizavam recursos consideráveis que não existiriam sem o apoio da cooperação internacional.

Mais do que o dinheiro, portanto, foram o conceito e a forma institucional que passaram pelos caminhos inusitados dos financiamentos não-governamentais. É desta relação inclusive, que surgiram as ONGs. As agências de cooperação internacional necessitavam de parceiros locais que fossem capazes de formular projetos, acompanhar a sua execução e prestar contas. Necessitavam de contrapartes com personalidade jurídica, um mínimo de estrutura administrativa e uma afinidade de propósitos, pois não tinham como chegar direta e regularmente aos movimentos sociais.

Assim, as ONGs na América Latina surgiram num jogo de reforços mútuos, como parcerias da cooperação internacional no apoio as ações comunitárias e aos movimentos de promoção social. Segundo a UNDP (United Nation Development Programme) entre os anos de 1970 a 1990 as

ONGs da América do Sul receberam cerca de 7,2 bilhões de dólares em ajuda vinda de outros países.

Como nos demais países da América Latina, a sociedade civil brasileira aproveitou a oportunidade de recursos internacionais e se organizou de forma a promover o desenvolvimento do Terceiro Setor.

### **2.1.2 Terceiro Setor no Brasil**

A primeira fase do movimento do Terceiro Setor no Brasil compreende o período que se estende desde a colonização até meados do século XX e está associada ao surgimento das associações voluntárias da Igreja Católica com valores da lógica cristã. Algumas delas sobrevivem até hoje e suas ações estão baseadas na prestação de serviços sociais e assistenciais ligados à saúde, proteção dos desamparados e educação (Landin e Fernandes *in* Carrion, 1999).

Já a segunda fase, que compreende dos anos 30 até o final dos anos 60, representa o assistencialismo como uma “estratégia política do governo”, onde Estado e Igreja, dividiram a responsabilidade por obras assistenciais paternalistas e contrárias ao questionamento social.

Para Fernandes (1997) os regimes autoritários nas décadas de 70 no Brasil criaram uma situação de constrangimento para a classe empresarial na qual ela era obrigada a defender seus interesses negociando direta e veladamente com os executivos no poder. Corrupção e um “lobby” discreto eram procedimentos para que as coisas ocorressem ao nível do governo, fazendo com que o setor privado tivesse um relacionamento cuidadoso com grupos de oposição. As ONG’s e os movimentos sociais por sua vez sofriam um problema de isolamento combatendo as empresas e o governo.

Uma nova fase surge na década de 70 com o surgimento do Terceiro Setor. Instituições filantrópicas e assistenciais unem-se aos movimentos sociais e com o apoio da Igreja passam a denunciar as situações de repressão, desigualdade e injustiça social dando força ao surgimento das ONGs.

A quarta fase tem início com as discussões pela Constituição Federal de 1988, que trouxe a tona o conceito de cidadania e as diretrizes filosóficas para a formulação de políticas sociais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a lei de incentivo à cultura (1991) e a lei orgânica da assistência social (1993).

Nos anos 90, com a ascensão dos movimentos democráticos, as políticas de “Estado Mínimo”, e o aumento das demandas sociais e ineficiência do Estado em atendê-las, trouxe uma “crise de paradigmas” multiplicando uma série de interações na sociedade da qual surge a participação das empresas no Terceiro Setor.

Segundo Rodrigues (1998, p.34) até meados dos anos 90, o Terceiro Setor no Brasil tinha um papel marginal, visto como “forma de assistencialismo e caridade, associada sobretudo à religião, ou como forma de movimento político, associado as ONG’s, ou ainda, de defesa de interesses corporativos, relacionada a Sindicatos e associações”.

Carrion (1999) aponta ainda, um quinto momento ou fase, iniciada em 1995 com a redução de investimentos públicos e emergência de novos grupos como o GIFE - Grupo de Instituições e Fundações Empresariais e o Instituto Ethos de Empresa e Responsabilidade Social que representam o investimento social empresarial através de ações sociais com projetos nas áreas de educação, cultura, ciência, tecnologia, saúde, meio ambiente e bem-estar social.

Ainda nessa mesma década surge a lei que dispõe do trabalho voluntário (1998), e é promulgada a lei 9.790 de 1999 que define os termos das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, as OSCIP's.

### **3. Movimentos e organização da sociedade civil no Rio Grande do Sul, Brasil**

Berço de muitos movimentos da sociedade civil brasileira, o Rio Grande do Sul possui características culturais, climáticas, demográficas e econômicas diferenciada de outras regiões do Brasil que favoreceram as diversas formas de organização da sociedade. Aqui elas ganharam força, espaço e conotação em um cenário distinto que desde suas origens apresenta marcos de lutas que buscam melhores índices de qualidade de vida, como por exemplo a vontade de se tornar uma nação independente (Revolução Farroupilha, 1835-1845).

Aqui surge o atual Movimento do Sem Terra (estabelecido em todo o território brasileiro) como também a primeira ONG na área de preservação ambiental da América Latina demonstrando o poder e a capacidade de organização desta sociedade.

#### **3.1. Os movimentos na área agrária**

O movimento gaúcho (RS) pelo direito as terras tem importante conotação no cenário brasileiro pois desde o seu princípio prevalece a característica cultural daqueles ex-escravos ou índios excluídos pelos traços raciais e de "família" que foram formando a classe dos agregados, moradores de favor, posseiros.

Além desses primeiros traços de exclusão, a chegada dos imigrantes europeus (os primeiros imigrantes alemães chegam ao estado em 1824 e os italianos em 1857) reduziu ainda mais o espaço desses camponeses, pois os imigrantes mantiveram com os camponeses que aqui estavam uma relação de diferença social em função mais uma vez das características culturais e raciais, reforçando o elitismo, racismo e preconceito entre eles, que perdura até hoje.

Quando se retorna no tempo, percebe-se que a história do camponato gaúcho (como também a brasileira e da América do Latina) é uma história de exclusão econômica, política e cultural, marcada pelo privilégio à constituição e a preservação da grande propriedade, controle do processo político pelos grandes proprietários rurais (Poli, 1999) e de vários conflitos entre patrões e empregados, "sem-terras" e proprietários, minorias raciais e "elite racial".

A partir dos anos de 1940 as diversas lutas camponesas começam a se organizar de forma mais estruturada, não mais pelo enfrentamento de luta corporal mas em forma de sindicatos, ligas e greves dos assalariados do campo, gerando transformações na natureza do trabalho agrícola, como por exemplo, o surgimento dos bóias-frias e de novas formas de extração de renda da terra.

Segundo Poli (1999) ocorre nesse período, um amplo processo de expropriações e expulsões da terra oriundo às transformações e reordenamento provocados pelo crescimento do mercado interno, fruto da industrialização crescente no país, bem como pelas novas condições do mercado externo.

Assim, o movimento dos camponeses desperta para o reconhecimento da sua força política e, entre 1960 e 1964, forma-se o MASTER – Movimento dos Trabalhadores de Luta pela Terra, que surgiu com a iniciativa de um grupo de lideranças ligadas ao partido político PTB – Partido Trabalhista Brasileiro e, encontrou apoio da igreja que desenvolveu um trabalho organizativo e

mobilizador junto aos trabalhadores rurais criando setores, organizações e serviços diversos para a sindicalização rural com ênfase sobre tudo na formação de lideranças.

A orientação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB foi no sentido da criação de um sindicalismo cristão, afastado das lutas de classes, mas defensor dos direitos dos trabalhadores e de uma reforma agrária baseada na propriedade familiar.

A organização dos camponeses pelo MASTER se deu em diversas regiões do estado gaúcho, que através de acampamentos de "sem terras" reivindicavam a desapropriação de terras e clamavam pela reforma agrária. Porém, cada acampamento aos poucos se desfazia com a promessa do governo do estado em solucionar o problema.

No entanto, com a morosidade das respostas às pressões, o movimento decidiu por uma ação mais enérgica e reuniu 5 mil camponeses que se agruparam na região de Nonoai e ali permaneceram acampados em protesto. A importância de se destacar a ação deste movimento é que ali se iniciou, em meio aos acontecimentos políticos que se instalavam no país pelo início da ditadura militar, o maior dos atuais movimentos de luta nessa área, o MST – Movimento dos Sem Terra.

No período pós-64, o governo militar pôs fim ao MASTER e aos demais movimentos camponeses existentes no Brasil, através da perseguição, morte e exílio de suas lideranças, provocando um período de silêncio forçado dos camponeses.

Quando o silêncio foi rompido com o fim da ditadura, as transformações da agricultura, provocadas principalmente na forma de produzir, na natureza do trabalho, na qualidade e diversidade dos produtos e da produtividade, provocou um processo gradativo de empobrecimento daqueles (uma grande parte dos camponeses) que não conseguiram se adaptar e acompanhar o ritmo das mudanças, agravando a situação social do campo.

Em função disso, a partir da década de 70 começa o processo de êxodo rural oriundo de famílias numerosas com dificuldades para sobreviver da agricultura. E assim, no RS, durante as décadas de 70 e 80 migraram para as cidades em torno de 1 milhão e 300 mil gaúchos que se acomodaram em quaisquer pontos das cidades agravando os problemas urbanos (Poli, 1999, p.56).

Porém, os movimentos de luta no campo tiveram uma dimensão bastante significativa abrangendo lutas contra a expropriação, contra as formas de exploração e assalariamento, contra a subordinação do trabalho ao capital e de alternativas de produção e previdência social.

### **3.2 O surgimento das ONGS e do Terceiro Setor no Rio Grande do Sul**

O surgimento das ONGs no Rio Grande do Sul não se encontra distante do histórico do surgimento das ONGs no restante do país, porém é interessante registrar que de alguma maneira alguns movimentos surgidos no estado deram origem a movimentos nacionais como é o caso do movimento ambientalista brasileiro, que teve seu berço no Rio Grande do Sul.

#### **3.2.1 A questão ambiental**

Os agrupamentos de pessoas unidas em torno de objetivos comuns envolvendo a conservação da natureza ou o desenvolvimento ecologicamente sustentado das comunidades promoveram os movimentos ambientalistas em todo o mundo e principalmente no Rio Grande do Sul, pois em 1942 é lançado o livro "A Fisionomia do Rio Grande do Sul" de autoria do padre jesuíta



Balduino Rambo, naturalista e grande conhecedor do nosso território. Neste livro, o autor incluiu um capítulo sob o nome “Proteção à Natureza” defendendo a instalação de parques naturais e a riqueza de suas formas no estado (Aguiar, 2001).

Com esse primeiro impulso, os gaúchos começaram a perceber os perigos que rondavam o seu ambiente natural e a degradação das matas promovidas pelas madeireiras, as incessantes queimadas e destruição da terra pelas áreas agricultadas e a constante atividade predatória de caça e pesca (atividades então muito comuns no estado). Esta última motivou a origem, na década de 1940, da UPN – União Protetora da Natureza, que multiplicou a fiscalização da caça e da pesca através da utilização maciça de cartazes e folhetos educativos sobre a atividade predatória.

De forma voluntária a UPN estabeleceu em cada ponto da região da bacia do rio dos Sinos e do Planalto das Araucárias pontos de fiscalização com representantes da UPN, atuantes, conscientes e respeitados em suas comunidades. Porém em 1963 a organização perde seu principal membro atuante e fundador e aos poucos vai se desfazendo até praticamente desaparecer como organização (Aguiar, 2001).

Mas o tema volta a tona em 1970 quando alguns pesquisadores vinculados ao Jardim Zoológico provocaram uma grande discussão, através da mídia impressa contra a caça e a favor da fauna. Congregando esforços, juntamente com os caçadores, formaram um grupo com fins de estudar o assunto e fundaram uma entidade para defender a natureza ameaçada, surgindo assim a AGAPAN que se fracionou em duas unidades, a de São Leopoldo, que em 1987 passou a ser chamada de UPAN – União Protetora do Ambiente Natural e, a de Porto Alegre. Aos poucos a organização foi tomando corpo e ganhando espaço e a ela se agregaram vários nomes importantes do movimento ecológico como por exemplo o ambientalista José Antônio Lutzenberger reconhecido internacionalmente.

Lutzenberger e seus companheiros continuaram a AGAPAN de Porto Alegre e promoveram vários debates e discussões sobre o movimento ecológico e ética. A repercussão das discussões foi tal que motivou o surgimento e conquistou outras organizações a se engajarem na luta ecológica. Entre elas destaca-se o apoio da Ação Democrática Feminina Gaúcha que em sua origem tinha o propósito de apoiar o golpe político de 1964.

Esta última promoveu em 1975 em Porto Alegre o primeiro grande evento da área, inédito no país chamado de I Encontro Comunitário Nacional pela Proteção da Natureza que reuniu mais de quinhentas pessoas vindas de outros estados brasileiros. Na reunião, foi apresentado o projeto piloto para seleção e reciclagem do lixo doméstico, dez anos antes de qualquer outra iniciativa governamental.

A sucessão de movimentos, encontros e criação de ONGs na área ambiental no eRS encontram nos inúmeros acidentes ambientais (como por exemplo, a maré vermelha na praia de Hermenegildo, contaminação de mercúrio nos morangueiros, poluição causada pela empresa Borregaard) a motivação necessária para se constituir. Por exemplo, em 1978 um grupo de consumidores em Porto Alegre fundou a Cooperativa Ecológica Coolméia, até hoje, grande referencial na viabilização da agricultura orgânica no estado. Dez anos mais tarde outro importante marco histórico é constituído. A Fundação Gaia fundada em 1987 por Lutzenberger tem um grande papel na difusão da agricultura ecológica, promovendo cursos no Rincão Gaia (município de Pântano Grande).

Todo esse movimento histórico originado em um tempo em que o resto do país sucumbia a degradação causada pelo crescimento econômico e a despreocupação pelo meio ambiente tem importante conotação em nível nacional e internacional elevando o Rio Grande do Sul a posição de importante campo de disseminação e origem de ONGs e movimentos ambientais.

Atualmente, várias ONGs como o Núcleo Amigos da Terra atuante em todo o país (entidade sucessora da Ação Democrática Feminina Gaúcha); a representação do movimento ambientalista gaúcho a nível federal (no Conselho Nacional do Meio Ambiente, no Comitê do Fundo Nacional do Meio Ambiente, na Rede de ONGs da Mata Atlântica) e no plano estadual (junto ao Conselho Estadual do Meio Ambiente, e outros); o aporte de verbas e grupos internacionais de proteção ambiental como o Greenpeace e o Sea Shepherd, fazem parte do cenário que se constitui em prol do meio ambiente. Isso significa que a pressão e a fiscalização das leis ambientais tem sido severa e relevante, além de se converter em uma força política que exige de governos locais o cumprimento de suas tarefas.

### **3.3. Economia solidária**

É de suma importância destacar a tradição associativa do RS na promoção de iniciativas que oferecem alternativas econômicas à economia ao mesmo tempo, em que geram oportunidades de construção de cidadania em seus participantes.

A partir dos anos 80, uma nova conjuntura econômica se deixa sentir no estado do Rio Grande do Sul (com novas dinâmicas econômicas e sociais, em função da necessidade de formular opções concretas e ampliar o espaço de lutas, antes centrado no espaço político) surgindo novos espaços de discussão e de práticas sociais (Icaza, 2001, Dal-Ri, 1999), das quais destaca-se o desenvolvimento de uma série de empreendimentos orientados a geração de renda, com orientações associativas e solidárias ou seja, o espaço a que se refere à economia solidária.

O termo “economia solidária” surge como expressão de um projeto, e não necessariamente de uma realidade concreta, para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas no campo da produção, comércio, financiamentos de serviços, que compartilham de traços de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas (Icaza, 2001).

Nesse ponto a economia solidária constiui-se numa alternativa viável aos problemas do desemprego e renda o que a caracteriza como um dos “braços” do Terceiro Setor pois a sua constituição foi/é motivada por uma demanda social local da mesma forma que motiva o surgimento das ONGs em resposta aos problemas ambientais ou do campo, por exemplo.

Para Icaza (2001) os espaços da economia solidária no Rio Grande do Sul se expandem significativamente nos anos 90 onde se revelam como uma variada gama de alternativas econômicas organizadas, confirmando a tradição associativa e cooperativa.

Naquela década (1990) no estado 9.861 empreendimentos econômicos solidários, com mais de 832.201 participantes, que representa quase 10% da população economicamente ativa do estado com perspectivas de crescimento pois, cada vez mais se configurou o apoio a empreendimentos econômicos solidários (Icaza, 2001).

Dentre as importantes organizações que se constituíram pode-se citar a Cooperativa Languiru<sup>4</sup>, a CERTEL<sup>5</sup>, a CCGL atualmente empresa privada do grupo Avipal em Teutônia, Vale do Taquari,

---

<sup>4</sup> A Cooperativa Languiru atua no ramo da alimentação principalmente com carne de frango. Ver [www.languiru.com.br](http://www.languiru.com.br)

a COSUEL<sup>6</sup> em Encantado, Vale do Taquari, a SICREDI<sup>7</sup> originalmente em Nova Petrópolis e atualmente em todo estado do RS, dentre outras.

Segundo Icaza (2001) o contexto demonstra em que estas experiências são representativas da tradição cooperativa e associativa em vários municípios rurais, nas regiões do interior do Estado, e são expressão de um modelo econômico organizativo e gerencial, basicamente voltado para as demandas rurais (comercialização, distribuição da safra ou produtos, deixando o agricultor ou produtor rural voltado para sua atividade principal, o cultivo da terra e criação de animais).

Porém no meio urbano as carências também são latentes, oriundas basicamente do desemprego demonstrado pela fragilização das condições de trabalho e exclusão, onde as associações e cooperativas encontram espaço tendo em vista a demanda das empresas em terceirizar parte da produção (produção de calçados e vestuário). Assim, a economia solidária urbana vem cada vez mais se estruturando representando no ano de 2001, 41% das associações e cooperativas do estado (Icaza, 2001).

Além disso, é importante ressaltar que estas instituições contam com o apoio de grupos como: a Federação de Cooperativas e em nível estadual pela OCERGS<sup>8</sup> para aquelas ligadas ao movimento cooperativo tradicional e associações rurais; COCEARGS - Cooperativa de Assentamentos Rurais do Rio Grande do Sul e, organizações religiosas como o Cáritas para as organizações ligadas a movimentos sociais; EMATER (instância da Secretaria da Agricultura do governo do estado) a partir do qual se promovem diretamente associações de produtores rurais, dentre outras.

#### **4 .Análises e considerações finais**

Na retrospectiva traçada em relação ao surgimento dos movimentos da sociedade civil no Rio grande do Sul, percebe-se que a forte tradição associativa gaúcha marcou sua história e seu aparecimento particularmente na questão agrária, do movimento ambientalista e das entidades surgidas para dar conta da questão de emprego e renda.

Estas experiências mostram pontos importantes e relevantes sobre o movimento gaúcho. Em primeiro lugar, pode ser destacada como uma sociedade civil emergente, entendendo-se com isto não apenas sua estruturação dentro das regras que organizam interesses privados, mas uma sociedade na qual as relações sociais são mediadas pelo reconhecimento de direitos e representações de interesses, de tal forma que se construa espaços públicos que confirmem legitimidade aos conflitos e nos quais a medida de equidade e justiça venham a ser alvo de debate e de permanente estado de negociação.

É o que assinala Icaza (2002), que as experiências de vida e trajetória de seus participantes, vão de alguma maneira determinar as características e formas de funcionamento destas entidades. Em segundo lugar, pode-se atribuir os aspectos de diferenciação, anteriormente citados no decorrer do artigo, em relação ao restante do país não porque as lideranças gaúchas e detentores do poder sejam mais generosos, mas porque os movimentos de organização da sociedade civil no Rio

---

<sup>5</sup> A CERTEL – Cooperativa Rural de Eletrificação atua na área de eletrificação rural na região central do RS, e tem mais de 30.000 associados. Ver [www.certel.com.br](http://www.certel.com.br)

<sup>6</sup> Cooperativa dos Suinocultores de Encantado que atua na área de alimentos (leite, carne de suíno e outros). Ver <http://www.cosuel.com.br/>

<sup>7</sup> Cooperativa de crédito atua em todo o estado do RS além de atender aos estados de MS e MT. Ver [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br)

<sup>8</sup> Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul. Ver [www.ocergs.com.br](http://www.ocergs.com.br)

Grande do Sul , embora de forma fragmentada, influenciaram no desempenho do papel do Estado.

Ou seja, a criação de associações de interesse público, de redes de cooperação e de programas sociais no âmbito de empresas e universidades é indicador de maturidade política e cultural. E dessa maturidade destaca-se as inúmeras ONGs sediadas no RS (em torno de ???), movimentos, debates, programas na mídia escrita e televisionadas, empresas envolvidas em responsabilidade social, ações do governo do estado para promover a integração econômica, social e ambiental (por exemplo, Prêmio Responsabilidade Social concedido pela Assembléia Legislativa).

O RS se destaca por ter uma sociedade catalisadora, inquieta, dinâmica, provocadora da (r)evolução do pensar social. Aqui o Fórum Social Mundial encontrou espaço para promover debates da atualidade mundial. Aqui as cooperativas que fortaleceram as comunidades do interior do estado mostram sua importância econômica e social, gerando emprego e atendendo as demandas de seus associados. Aqui as ONGs ganharam adeptos, importância e força e colocaram o RS em esferas internacionais.

Assim, percebe-se a importância e a força de organização da sociedade civil no Rio Grande do Sul e pode-se destacar, em breves comentários sua contribuição ao desenvolvimento nacional. Porém a descrição feita neste artigo carece de ampliação de forma a apresentar outros movimentos e áreas de desenvolvimento da sociedade gaúcha como por exemplo os movimentos políticos, de educação entre outros.

## **5. Referências bibliográficas**

AGUIAR, João Batista Santafé. Um histórico do movimento ambientalista gaúcho e os seus desafios atuais. [www.agir-azul.com.br](http://www.agir-azul.com.br). (acessado em 13.11.01)

CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter. Parcerias e pobreza: soluções locais na construção de relações sócio-econômicas. Rio de Janeiro: FGC, 2000.

CARDOSO, Ruth. Fortalecimento da sociedade civil. In IOSCHPE, Evelyn. Terceiro Setor: Desenvolvimento Social Sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CARRION, Rosinha. Organizações Privadas da sociedade civil: A participação do mercado do terceiro setor. In Anais do VII Congresso Nacional sobre Poder Local. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

DAL-RI, Neusa Maria (org.). Economia Solidária. O desafio da democratização das relações de trabalho. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

FERGUSON, Marilyn. Conspiração Aquariana. 12<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Record, Nova Era, 2000.

FERNANDES, R.C. Privado porém público: o Terceiro Setor na América Latina. 2<sup>a</sup>. Ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria. Tercer Sector y Economía Solidaria en el Sur de Brasil: características y perspectivas. [www.rits.org.br](http://www.rits.org.br) (acessado em 01.04.2002)

IPEA (2000). A Iniciativa Privada e o Espírito Público: Um Retrato da ação social das empresas do Sudeste brasileiro - Etapa Sudeste. Disponível na Internet. [Http://: www.ipea.gov.br/asocial](http://www.ipea.gov.br/asocial). 20/12/00.

\_\_\_\_ (2001). A Iniciativa Privada e o Espírito Público- Etapa Sul. Disponível na Internet.[http://:www.ipea.gov.br/asocial](http://www.ipea.gov.br/asocial).12.08.01.

JACOBI, Pedro. Movimentos urbanos, estado e cultura política no Brasil. *In* LARANGEIRA, Sônia (org.) Classes e movimentos sociais na América Latina. São Paulo:Hucitec, 1990.

MARCOVITCH, Jacques. Da exclusão à coesão social: profissionalização do Terceiro Setor. *In* IOSCHPE, Evelyn. Terceiro Setor: Desenvolvimento Social Sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

PASA, Carla R.R., GOMEZ, Leonardo A.C. e RADOS, Gregório J. V. Social Competitiveness: Utopia or Reality? Anais do 8th European Roundtable on Clean Production. Cork. Irland. out. 2002.

POLI, Odilon Luiz. Leituras em Movimentos Sociais. Chapecó: Grifos, 1999.

TENÓRIO, Fernando G. C. (1999). Um Espectro Ronda o Terceiro Setor: o espectro do mercado. *In*: Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro. Vol. 33 (5): 85 - 102, set/out.

TORO, José Bernando. O Papel do Terceiro Setor em sociedades de baixa participação. *In* IOSCHPE, Evelyn. Terceiro Setor: Desenvolvimento Social Sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.